

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Diretor Industrial
Osvaldo Abílio Braga

Editor Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

Uma questão de decoro

A solidez e o prestígio das instituições democráticas não dependem apenas do organograma funcional do Estado, mas, acima de tudo, da forma como os atores principais da cena política encenam os interesses do povo. Como se sabe, o regime de franquias democráticas com base no sistema representativo, caso do Brasil, tem sua eficácia condicionada à dedicação e ao compromisso ético dos mandatários populares, em todos os níveis da hierarquia política.

Escapa por completo aos conceitos do gênero o espetáculo de maus costumes políticos e de inconformidade sectária apresentado no plenário do Congresso na quarta-feira, quando se discutia a resolução destinada a oficializar a convocação do processo revisor da Carta Política de 1988. Os gestos de arruaça, de incontinência verbal e de desrespeito às normas regimentais compuseram um quadro indecoroso, logo captado em imagens coloridas, transmitidas para os lares de milhões de brasileiros.

É compreensível que o debate em uma instituição composta por múltiplas e variadas vertentes do pensamento nacional por vezes assuma grau elevado de tensão e controvérsia. O Parlamento é em todo mundo espécie de desagradador de frustrações e de angústias, ambos sentimentos provocados pela impossibilidade de o governo dos homens satisfazer, nos limites pleiteados, a todos os anseios da sociedade. Assim, a eloquência incandescente e o abandono das formas reverenciais com frequência dominam os plenários e suscitam emoção no contexto da opinião pública.

Uma outra questão bem diferente é a recorrência ao acinte, à obstrução dos trabalhos por via da ameaça física, à exaltação dos ânimos acima dos limites da racionalidade e à recusa à confrontação de idéias. Pois a sessão do Congresso da quarta-feira percorreu todo esse ro-

teiro de aflitiva violação ética, com a quebra dos mais mezinhos princípios do decoro parlamentar. As imagens colhidas pelas redes de televisão por muito tempo ocuparão as mentes de tantos quantos receberam-nas nas transmissões dos telejornais.

Mais grave de tudo é que os acontecimentos foram conduzidos por um grupo radical, espécie de tropa de choque organizada sob o pálio de inspirações ideológicas. Todavia, nos conceitos éticos cultivados pelo povo, passa o Congresso como um todo a ser alvo de censuras, como se a maioria absoluta de seus membros não se houvesse portado dentro dos cânones regimentais e com apreço à população.

Não obstante, e por isso mesmo, as lideranças partidárias e os dirigentes das duas Casas precisam atuar na linha das reações manifestadas no âmbito da sociedade civil. Na presente etapa da conjuntura nacional, o Poder Legislativo tem a cumprir um papel decisivo, tanto no encaminhamento da ordenação política quanto no desate dos impasses que desorganizam o Estado e obstruem o desenvolvimento econômico. Os seus quadros majoritários, isentos da apoplexia ideológica, estão aptos a conceber e movimentar os instrumentos políticos indispensáveis à superação das atuais adversidades.

Salvo por parte dos espíritos de regra ofuscados pela luz intensa da democracia, não há o menor interesse em condenar o Congresso ao desprestígio, ao pelourinho da opinião pública ou à marginalidade política. O Brasil carece de um suporte logístico de altíssima impedância política para avançar no rumo da justiça social, da fraternidade democrática e do enriquecimento nos limites de suas imensas potencialidades. E o Congresso é vital para a consecução desses objetivos.